



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

ISSN: 2177-6229

Universidade do Vale do Rio dos Sinos Centro de Ciências
Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais

Severo, Marconi

A Ciência Política, o cientista político e o mercado de trabalho no Brasil: um preâmbulo necessário

Ciências Sociais Unisinos, vol. 54, núm. 3, 2018, Setembro-Dezembro, pp. 369-372

Universidade do Vale do Rio dos Sinos Centro de Ciências
Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2018.54.3.09>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93864666008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

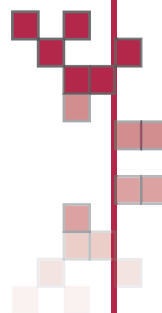
UNISINOS
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Opinião



A Ciência Política, o cientista político e o mercado de trabalho no Brasil: um preâmbulo necessário

The Political Science, political scientist and the labor market in Brazil: A necessary preamble

Marconi Severo¹
marconisevero@hotmail.com

Eleições aquecem mercado de trabalho para bacharéis em Ciência Política (Jornal do Brasil, 18/09/2016).

Este texto é fruto de reflexões acerca da trajetória acadêmica, assim como das impressões subjetivas com relação à área profissional e o mercado de trabalho que envolve o cientista político, especificamente com relação ao caso brasileiro. O objetivo dessa explanação não é esgotar o tema, tampouco elaborar um ensaio; é, e isto sim, emitir uma franca opinião sobre o assunto proposto. Afinal, a Ciência Política e a profissão de cientista político são, para todos os efeitos, excepcionalmente importantes e, por tais razões, não devem concentrar-se apenas ao redor de um ou outro *lôcus* de atuação (Brasília, para o profissionalismo; Academia, para a docência), mas expandir-se, conquistar espaço, isto é, *conquistar editais*.

Este texto direciona-se, evidentemente, a dois públicos: o primeiro, relacionado ao universo acadêmico; o segundo, ao reconhecimento efetivo da Ciência Política, por meio dos bacharéis, enquanto uma área profissional autônoma. Ainda em tom de preâmbulo, é importante ressaltar que este texto não é uma crítica à Ciência Política em si, mas sim à constante negligência para com ela e com os cientistas políticos, inclusive – e é difícil não mencionar – também com relação às idiossincrasias acadêmicas. Para todos os efeitos, este texto se propõe “prático” e, como tal, foge às discussões fechadas no tecnicismo e nas abstrações de certos “rigores científicos”.

A Ciência Política que me refiro possui matriz norte-americana, inclusive em sua gênese enquanto área acadêmica (Feres Júnior, 2000). Evidentemente, deve-se ressaltar que a influência francesa, com seu viés mais sociológico do que *positivista* (no sentido de algo excessivamente tecnicista), também encontra eco neste texto, embora o foco consista no primeiro caso. Negligenciando certas censuras impostas pelo bom-tom, tentarei abordar esta temática sob uma perspectiva realista e fluída, ao modo do grande renascentista Nicolau Maquiavel. Essa é, certamente, uma forma de saciar a ânsia de muitos profissionais que ingressam nessa área do conhecimento e, em não raras ocasiões, sem possuir o devido suporte do “preâmbulo necessário”.

¹ Mestrando em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. Rua Ver. Alberto Benevenuto, 3200, Bairro do Passo, 97670-000, São Borja, RS, Brasil.

Os cursos de Ciência Política no Brasil nascem não com as graduações, como no caso norte-americano, mas sim através de pós-graduações (Keinert e Silva, 2010; Leite, 2010). E este é um aspecto essencial para entender a situação da área no Brasil contemporâneo. Falar em profissionais da Ciência Política é falar sobre professores universitários – cujos títulos que possuem garantem, em última instância, não a profissão de cientista político, mas a de docente. Em um cenário como este, compreende-se, ainda que em tom de suposição, o porquê de o bacharel não ser reconhecido profissionalmente na mesma proporção. A institucionalização de cursos superiores, com suas pós-graduações, é algo recente e, também, objeto de estudos científicos. Nascida no universo acadêmico, e já quase sexagenária, ainda hoje parece que a Ciência Política continua, senão restrita, ao menos fortemente concentrada no universo acadêmico.

Consideremos que esta constatação seja, de fato, verídica. Para todo efeito, quem forma-se como cientista político precisará, necessariamente, especializar-se. O estudante, então far-se-á pesquisador e, junto disso, fará no mínimo dois anos de mestrado; mas ainda será pouco, pois há concorrência, e os títulos pesam. Fará, também, o doutorado, somando mais quatro anos, em média, à sua preparação para o ingresso no mercado de trabalho. Em resumo, aquele profissional que tiver a predisposição e responsabilidade (e a paciência), além de um bom capital financeiro para investir, poderá formar-se e ingressar ativamente no mercado de trabalho, mas como professor universitário – e provavelmente com cerca de 30 anos de idade, pelo menos em um modelo ideal. Não se pode, obviamente, negligenciar os casos em que não é preciso ter muito dinheiro (bolsas, ajudas de custo etc., suprem os custos, de forma parcial ou totalmente); entretanto, esses procedimentos, ainda que formalmente democráticos, constituem mais casos específicos do que uma regra geral.

Isso permite *supor* que aqueles que desejam seguir nessa carreira profissional orientam-se por opção ou por indução. Em ambos os casos, há uma álgida realidade que nos faz acordar para o aquilo que o mestre Povo chamou de “agora que começou, termine”. Mas isso não é nenhum fatalismo, uma vez que há, no mínimo, dois casos em que alguém segue a carreira acadêmica nessa área. No caso daqueles que optam conscientemente pela vida universitária com base na Ciência Política, ainda antes de entrar na graduação, certamente há nisso um peso significativo da influência de outrem, geralmente de amigos, parentes ou pais que são professores universitários – o “universitário” é mesmo essencial, pois socialmente distingue e classifica o vasto rol da categoria profissional do que aqui chamamos de professores; afinal, o aspecto simbólico é importantíssimo em questões sociais, como disse Bourdieu (2013).

Neste caso em específico, há uma previsão da relação custos/benefícios. Dito de outra forma, aqueles que seguem continuamente a linear especialização por meio de mestrado e doutorado (sem contar a subjetividade necessária neste processo), geralmente possuem alguma espécie de suporte financeiro que lhes garante, no mínimo, o conforto necessário para o fomento científico, além de favorecer um recurso valioso, chamado “tem-

po” – ou, para dizer como Bourdieu, “as condições sociais de um gosto puro”. Vide que estamos falando daqueles casos em que, desde tenra idade, a pessoa já está ciente do que acarretará sua escolha por determinada área. Este mesmo processo, todavia, não ocorre quando a opção pela Ciência Política não decorre de um esclarecimento prévio com relação à área – o segundo caso.

No caso dos estudantes desinformados, e que ingenuamente veem-se ludibriados por uma grade curricular interessantíssima (e o superlativo é, de fato, cabível), a realidade é outra. Quando ingressam na graduação em Ciência Política, possuem à sua frente um persistente enigma: sabem (ou melhor, descobrirão) que o mercado de trabalho é ínfimo, e quanto mais próximo chega da formatura, maior o tormento (e isto, ainda assim, constitui algo como um “privilegio de raciocínio”, ou uma “consciência de sua situação” que somente os mais conscientes conseguem perceber). Daí que surge a “opção” por se aprofundar na área – e é aqui que surgem certos eufemismos, do estilo “É que eu gosto da minha temática”. Só que, neste meio tempo, surge algo que é digno de nota: este mesmo estudante, muitas vezes sem recursos, passa a depender exclusivamente da oportunidade de conseguir uma “meia-vida” através de bolsas de iniciação científica, sejam de mestrado ou de doutorado. Ou alguém ainda crê que só os valores pagos por bolsas, sem ajuda de terceiros e sem a possibilidade de trabalhar – quando há como –, são suficientes para que o pesquisador possa manter-se em cidades como, por exemplo, São Paulo ou Rio de Janeiro, Havard ou Paris?

Em ambos os casos, o estudante vê-se preso às migalhas para poder formar-se e, um dia, ingressar como professor universitário. Não menosprezemos, todavia, essas migalhas, pois as mesmas são fundamentais para que muitos possam se formar e, também, assimilar com maior acuidade os conhecimentos da área em que estão inseridos. Mas nem por isto deixemos de ressaltar o caráter de servidão, submissão e eterna gratidão pela dádiva quase divina em ser bolsista, como alguns fazem questão de expressar. Mas nem tudo é espectro, pois a profissão é nobre, sem sombras de dúvida. Digamos que este é o primeiro grande impacto que o estudante de Ciência Política enfrenta. Forma-se como o profissional ideal para assessorar, para ser servidor público capacitado, para pesquisar etc., mas atuará mesmo é como professor. E a questão da didática, como fica?

Vamos ao segundo aspecto prático: o mercado de trabalho para o bacharel em Ciência Política que optou por não seguir na carreira docente. Em primeiro lugar este não existe, ou, se existe, são raras as oportunidades. Convido os leitores, se cientistas políticos, à reflexão: o que, frequentemente, foi dito nas salas de aula pelos coordenadores e/ou professores ao longo de sua formação universitária? Alguns poderiam responder que lhes disseram que poderiam ser assessores parlamentares, que poderiam trabalhar em órgãos públicos, que poderão fazer concursos públicos, enfim, um deleite possibilitado pelo segurança em poder escolher, dentre um rol de boas profissões, aquela que mais se encaixa ao seu perfil (ou o seu perfil a ela).

Mas, na verdade, a realidade é outra: para ser assessor político, ou melhor, assessor parlamentar, não há necessidade

de ser cientista político, já que outros requisitos, como oralidade, desenvoltura e "contatos" parecem mais apreciados; e para trabalhar em órgãos públicos deve-se, antes de qualquer coisa, existir vagas e oportunidades para isto. Aqui entra o ponto crucial da reflexão: o mercado de trabalho.

As vagas em concursos públicos, especialmente com regime estatutário, na sua grande maioria, não consideram a existência deste profissional. Veja-se que para o cargo de Analista Legislativo, em Câmaras de Vereadores e mesmo em Assembleias Legislativas (como no caso da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2018), os quais exigem ensino superior completo, até mesmo as exigências são excludentes, uma vez que remetem a outras áreas de formação, tais como Administração, Direito, Contabilidade etc., mas quase nunca à Ciência Política – e isso quando não é explícita a formação superior em qualquer área. Ultraje ou ingênuo desconhecimento? Ninguém falará nada sobre isto? E se falar, que não fique restrito à publicação científica, seja A1 ou mesmo C; sejamos mais sensatos. Há nisso tudo uma necessidade gritante de conquistar, efetivamente, espaços profissionais e, por extensão, editais.

Nos casos em que há no edital a exigência de formação em Ciência Política, tal fato consiste quase em uma anomalia, e de ofuscante esclarecimento. Aliás, tão ofuscante que explica sua raridade. É necessário ressaltar que, para cargos como Técnico Legislativo, exige-se até mesmo Ensino Médio (não menosprezando ninguém, é claro), mas não se abre oportunidade para o cientista político. Há nisso uma consciente negligência do papel deste profissional ou, novamente, o seu total desconhecimento? Em outras palavras, há demanda por cientistas políticos fora do universo acadêmico? Certamente, pois profissionais existem; e se existem é por alguma razão que, certamente, não contrariaria a perversa "Lei de Mercado". Com base nisso, é possível afirmar que não basta retermo-nos em ingênuas e relativamente inférteis rodas de conversa ou palestras ocasionais que, no máximo, podem contribuir para uma menor evasão nas salas de aula.

Seleções que visam preencher vagas com pré-requisito em Ciência Política geralmente se dão através da concessão de bolsas, por período pré-determinado – confira, por exemplo, as Chamadas Públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). São poucas as oportunidades na burocracia estatal, independente de o regime ser estatutário ou não, e isso já é o suficiente para desmentir o jargão "podem fazer concursos públicos, uma vez formados" (e, se caso quem diga isso faça referência ao universo acadêmico, vide o tópico primeiro). Para trabalhar em órgãos públicos, antes é necessário existir a demanda *reconhecida* por parte do Estado.

Não é admissível que uma entrevista ou reportagem sobre política, de modo geral, demande quase sempre da opinião de um economista, de um bacharel em Direito (doutor?) ou de um administrador, e não a de um cientista político. Mesmo quando a opinião é, de fato, de um cientista político, este geralmente não é bem um cientista político, mas sim um professor universitário. Evidentemente, não se trata de uma regra absoluta, uma vez que existem profissionais bem sucedidos; todavia, estes são poucos e,

para falar como certos positivistas, os mesmos certamente não são estatisticamente significativos.

É importante destacar que há, no setor privado, a possibilidade de atuar como representante dos interesses de grandes empresas e corporações, ou, de forma mais simples, dos interesses daqueles que podem pagar pela representação. Mas para isso, novamente, não é necessário ser cientista político, como atestam certos políticos profissionais... Seguindo este raciocínio, também é possível afirmar que casos dessa natureza, quando verificáveis, constituem algo, no mínimo, bastante atípico – até mesmo pelo fato de que ao encontrarmos cientistas políticos assessorando representantes, públicos ou privados, cuja agenda seja ideologicamente próxima ao vasto universo composto pela direita política, sempre há nesses casos qualquer coisa que "chama a atenção".

Mas, é claro, existem várias manchetes, facilmente localizadas na internet, sobre "o crescente e favorável mercado para o cientista político", no entanto nunca é apontado onde estão essas vagas e locais, comparativamente a outras áreas de formação – o que, assim como este texto, demonstra que, em primeiro lugar, a própria inserção no mercado de trabalho é tida como algo excepcional, motivo, inclusive, das próprias manchetes. Em tom provocativo, pode-se questionar: afinal, causa alguma surpresa saber que existem vagas para engenheiros, administradores ou contabilistas? E para o cientista político, causa surpresa? O que fazer, então? Novamente responderão que os concursos públicos são uma saída. Só que, como não há reconhecimento nem mesmo por órgãos representantes do próprio Poder Legislativo, salvo raríssimas exceções do Congresso Nacional, o que resta é esperar pela acirrada concorrência em alguma vaga que exija ensino superior em qualquer área – e isto quer dizer, antes de qualquer coisa, que não se reconhece a Ciência Política, tampouco o cientista político, fora do mundo acadêmico e de ocasionais reportagens.

Por sua vez, alguns docentes, às vezes, apresentam algo de excepcional: um pouco do ofício cotidiano de um cientista político. Trazem algum assessor que é formado e atua na área (algo, por si só, raro). Este, por sua vez, explica suas funções no poder Legislativo, ou Executivo, em que trabalha. Só que o essencial, ninguém fala: como chegar lá? A resposta fica no ar, e cheira à indicação, à amizade e aos círculos sociais e/ou familiares mobilizados nessas ocasiões. Sob este aspecto, não há como não citar o que disse Lima Barreto, em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*: "as comissões são por merecimento, mas só se dá aos protegidos".

Disto conclui-se que o estudante que queira ser um cientista político automaticamente optará por uma, das duas formas existentes: primeiro, pelo mundo universitário, como docente (seja como alguém consciente do que lhe espera, ou então como alguém cuja compreensão do curso ocorre durante o processo de formação); segundo, pela opção de ficar sujeito à instável e ansiosa espera pelo seu reconhecimento profissional (ou usufruir de seu capital social e cultural, quando os possui, para ingressar profissionalmente no mercado de trabalho). Mas é bom ressaltar

que, para ambos os casos, existe no Brasil a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Sua atuação e seu foco consistem quase que integralmente no universo acadêmico, por meio de “pesquisadores, professores e estudantes”, apesar de seu objetivo ser mais amplo, e muito nobre, qual seja: “o intercâmbio de ideias, o debate de problemas, a manutenção de elevado padrão de ética profissional, e a defesa dos interesses comuns na área de Ciência Política”. É com base no fomento pelo conhecimento e reconhecimento profissional efetivo – a começar pelo bacharelado, assim como ocorre em outras áreas do conhecimento humano –, que podemos perceber o potencial que a ABCP representa enquanto possível organização profissional, semelhante ao que faz categorias como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para com os “interesses comuns” dos seus representados.

A profissão de cientista político e o que ela acarreta, indubitavelmente deve ser objeto de congressos, das pautas, das discussões, de proposições em sala de aula e no plenário. No entanto, os frutos desses debates não devem, jamais, ficarem restritos unicamente a esses ambientes. Deve-se fazer com que seu eco seja ouvido em jornais, *sites* e em todos os recursos probos disponíveis, tal como é este veículo em que ora se publica essa crítica. Não se trata unicamente de negligenciar a via que normalmente recai no universo acadêmico – o qual, diga-se de passagem, é muito importante nesse processo –, mas fazer frente ao verdadeiro problema que aflige a maior parte da categoria, ou seja, o não reconhecimento ou, para os mais otimistas, o pouquíssimo reconhecimento da profissão de cientista político, neste caso, daqueles que possuem “apenas” o bacharelado (como um administrador, advogado, engenheiro etc.).

O que é necessário, neste momento, é ir além dos discursos confortáveis típicos de sala de aula e fazer crer que há uma demanda, e que esta demanda urge ser suprida por pessoas capacitadas e que, de fato, essas pessoas existem. Não podemos crer unicamente que o universo acadêmico absorverá todos os profissionais, muito menos crer na sorte que cada um terá, pois isto seria apostar na formação de *outsiders*. Açodados pela realidade, medida através dos próprios editais – ou da sua inexistência –, os cientistas políticos devem lutar em prol do

reconhecimento profissional, muito mais do que preocupar-se com abstrações e disputas temáticas, cujos efeitos, às vezes, são estéreis. Ou acaso esta formação não recai em uma profissão?

Afinal, de que adianta ser um cientista político atuando em qualquer outra área que não a sua, motivado pelo simples fato de que esta pessoa precisa viver, e, para isto, necessita trabalhar? (Wright, 2015). Um detalhe importante dessa realidade pode ser encontrado no quantitativo da evasão de cursos que formam estes profissionais, pois (para os que gostam), estes “sugestivos realísticos” mostram uma realidade muito mais palpável do que as avaliações institucionais de curso. Como disse, é incontestável que a Ciência Política brasileira merece maior destaque, conforme vem constantemente demonstrando a conjuntura política e social atual (visão prática). Ademais, o curso em si é excepcionalmente instigante, além de um formador ativo de intelecto e de capacidade crítica – herança de Maquiavel, cujo patrimônio foi constantemente aumentado ao longo desses últimos séculos. Então, que aproveitemos a *fortuna* e a *virtù*.

Referências

- BOURDIEU, P. 2013. *A Distinção: crítica social do julgamento*. 2ª ed., Porto Alegre, Zouk, 560 p.
- FERES JÚNIOR, J. 2000. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política Americana tem para nos contar? *Rev. Sociol. Polít.*, 15:97-110. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782000000200007>
- KEINERT, F.C.; SILVA, D.P. 2010. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, 22(1):79-98. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000100005>
- LEITE, F.B. 2010. Posições e divisões na ciência política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. *Rev. Sociol. Polít.*, 18(37):149-182. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000300011>
- WRIGHT, E.O. 2015. Análise de classes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 17:121-163. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151705>

Submetido: 15/01/2018

Aceito: 01/11/2018